Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

Asociação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ANCIB

TENSÃO IDENTITÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: olhar epistemográfico

IDENTITY TENSION AND KNOWLEDGE ORGANIZATION: epistemographic approach

Míriam Gontijo de Moraes [1]

Resumo: Esta comunicação é resultado da avaliação de dois instrumentos terminológicos e de indexação, no caso os Tesauros de Estudos de Gênero e da Mulher e o de Folclore e Cultura Popular a partir de uma abordagem epistemográfica como referência para a organização e representação do conhecimento. A epistemografia está relacionada ao etnoconhecimento e à sua representação. O etnoconhecimento é uma categoria que melhor espelha a diversidade étnica e racial, e está intimamente relacionado à realidade social de um determinado grupo e também à oralidade como forma de transmissão de saberes produzidos coletivamente. No bojo da abordagem epistemográfica, o conflito identitário é aqui vislumbrado a partir da identificação de estratégias de poder e de resistência dos excluídos do discurso hegemônico de um domínio. No caso do TEGM, a luta das mulheres negras no campo do feminismo, pela priorização de termos e conceitos que representam as especificidades da mulher negra e que não constam do discurso hegemônico feminista brasileiro da década de 90, dá visibilidade a uma prática identitária excludente. Também o Tesauro de Folclore e Cultura Popular, elaborado sob os auspícios do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, apresentou um discurso hegemônico no campo folclorista. Focamos como este instrumento documentário espelhou um discurso que deu prioridade à interferência ativa do Estado Brasileiro na interpretação e no fomento do folclore, resultando na construção de uma linguagem hegemônica que concebia o termo folclore como sinônimo de cultura popular brasileira e ignorou a diversidade étnica e racial. A reflexão aqui colocada sugere a abordagem epistemográfica como uma das estratégias de análise de domínio no campo da organização e representação do conhecimento.

Palavras-Chave: Organização do Conhecimento. Epistemografia. Instrumento Terminológico.

Abstract: *This communication is the result of the evaluation of two terminological and indexing instruments, the case of the Thesauri of Gender and Women Studies and of Folklore and Popular Culture, based on an epistemographic approach as a reference for the organization and representation of knowledge. Epistemography is related to ethnoknowledge and its representation. Ethnoknowledge is a category that best mirrors ethnic and racial diversity and is*

[1] Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia.

closely related to the social reality of a particular group and also to orality as a way of transmitting collectively produced knowledge. In the scope of the epistemographic approach, the identity conflict is here glimpsed from the identification of strategies of power and resistance of those excluded from the hegemonic discourse of a domain. In the case of TEGM, the struggle of black women in the field of feminism, by the prioritization of terms and concepts that represent the specificities of the black woman and that do not appear in the Brazilian feminist hegemonic discourse of the 90s, gives visibility to an exclusionary identity practice. Also the Thesaurus of Folklore and Popular Culture, elaborated under the auspices of the National Center of Folklore and Popular Culture, displayed a hegemonic discourse in the field folklorist. We focused on how this documentary instrument mirrored a discourse that gave priority to the active interference of the Brazilian State in the interpretation and promotion of folklore, resulting in the construction of a hegemonic language that conceived the term folklore as synonymous with Brazilian popular culture and ignored ethnic and racial diversity. The reflection put forward here suggests the epistemographic approach as one of the strategies of domain analysis in the field of organization and representation of knowledge.

Keywords: *Organization of Knowledge. Epistemography. Terminological Instrument.*

1 INTRODUÇÃO

Instrumentos terminológicos, para além da sua função de representação e organização de uma especialidade de conhecimento, são também referencial empírico para a identificação de práticas identitárias e suas contradições, a partir de uma abordagem epistemográfica para a organização e representação do conhecimento.

Pesquisas no campo da linguagem e práticas identitárias apontam o discurso como importante prática social formadora da sociedade, uma vez que nele estão imbricados processos identitários. Nesta comunicação pretende-se analisar a prática social como formadora de identidades, tendo como foco a linguagem como mediadora da ação social humana, e a construção de terminologias como instrumento desta prática. O confronto de estratégias entre o poder constituído e a resistência em nível da linguagem é aqui analisado por meio da luta das mulheres negras no campo do feminismo, pela priorização de termos e conceitos que representam as especificidades da mulher negra e que não constam do discurso hegemônico feminista brasileiro da década de 90. Também as divergências metodológicas entre folcloristas e sociólogos brasileiros evidenciavam concepções distintas da formação nacional. Enquanto os primeiros focavam suas pesquisas nas formas que evidenciassem fusões e sincretismos culturais, os segundos questionavam o grau de integração das camadas sociais e grupos étnicos. Esta comunicação é uma síntese de reflexões epistemográficas sobre a construção de terminologias e tesauros iniciadas com o projeto de iniciação científica intitulado REVISITANDO O TESAURO DE ESTUDOS DE GÊNERO E DAS MULHERES: identificação dos Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gêneros brasileiros na década de 90, escolhido como referencial empírico por representar a postura crítica no âmbito da construção de conhecimento, postura esta identificada pela busca de contraposição aos eixos epistemológicos e conceituais hegemônicos – categorias, conceitos e métodos – para não reproduzir as próprias categorias do sistema de dominação científica. No caso do tesauro aqui revisitado, evidencia-se a constituição de um campo em que as reflexões de mulheres acumuladas no decorrer dos séculos sobre a experiência prática cotidiana de sua condição subordinada foram constituindo um corpo teórico que inspirou a epistemologia e a metodologia de pesquisa feminista e que permitiu a revisão da natureza do saber acadêmico em todos os campos dos estudos sobre as relações sociais entre os sexos.

No entanto, uma avaliação mais aprofundada do instrumento terminológico nos revelou contradições e a existência de um discurso hegemônico, que excluía uma parcela do universo feminista, no caso, as feministas negras. Tal análise foi um convite para revisitar outro instrumento terminológico, no caso o Tesauro de Folclore e Cultura Popular, elaborado sob os auspícios do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que também apresentou um discurso hegemônico no campo folclorista. A partir de uma abordagem epistemográfica, focamos como este instrumento documentário espelhou um discurso que deu prioridade à interferência ativa do Estado Brasileiro na interpretação e no fomento do folclore, resultando na construção de uma linguagem hegemônica que concebia o termo folclore como sinônimo de cultura popular brasileira, confundindo problemas sociais com realidades folclóricas.

Na segunda seção desta comunicação apresentamos uma síntese da abordagem epistemográfica como contribuição importante na área de organização e representação dos conhecimentos, e sua operacionalização em estudos envolvendo o etnoconhecimento. O paradigma epistemográfico norteou as análises aqui realizadas.

Na terceira seção, identificamos as principais contradições do TEGM e de como a resistência do feminismo negro deu visibilidade à ausência, nos estudos de gênero e da mulher desenvolvidos no Brasil nas décadas de 80 e 90 do século XX, da questão raça e gênero e a desafiar noções generalizadas da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo, encarando assim o racismo como um fenômeno estrutural e não apenas Individual.

Na quarta seção, a análise evidencia que ao tratar cultura popular como sinônimo de folclore, os especialistas reforçam uma visão hegemônica de cultura o que pode ser evidenciado na construção do Tesauro de Folclore e Cultura Popular, que apesar do elemento de ligação, trata o domínio como a tradução de um sincretismo, passando por cima das identidades das diversas culturas existentes.

Finalmente, nas considerações finais, propomos situar a abordagem epistemográfica como uma das possibilidades da análise de um domínio do conhecimento, principalmente em se tratando do etnoconhecimento, tendo os instrumentos terminológicos como um campo empírico pleno de oportunidades.

2 ABORDAGEM EPISTEMOGRÁFICA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Garcia Gutierrez (2006) propõe uma nova ferramenta para a prática da Organização e Representação do Conhecimento. Trata-se da abordagem epistemográfica. A epistemografia tem como objetivo apontar as contradições da epistemologia, identificando os conhecimentos propositalmente excluídos dos processos contemporâneos de inscrição e fluxo, e que são produzidos por comunidades consideradas não epistemológicas. É concebida como uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e, por extensão, da exomemória, entendida como todas as inscrições humanas do conhecimento ou lembranças, em suporte físico ou digital e que também lida com conceitos bem conhecidos e mitificados pela Epistemologia moderna, tais como categoria, classificação, ordenação, método, conhecimento, formalização, metacognição ou representação. (GARCIA GUTIERREZ, 2006, p.104)

Ao questionar a Epistemologia, a epistemografia de Gutierrez se aproveita das contradições da primeira para propor um trabalho de elaboração de cartografias do saber e mapas conceituais, na classificação dos conhecimentos e na organização das memórias.

Para o autor, a epistemografia não propõe um mundo descolonizado utópico, e sim uma redistribuição da presença e força dos conhecimentos e culturas excluídas na rede digital em igualdade de condições. O grande desafio está na criação de ferramentas que auxiliem na organização dos "conhecimentos dominantes" e que ao mesmo tempo promovam a resistência dos conhecimentos considerados subalternos exercitando, assim, o pluralismo ético. Incorporar nas redes digitais os conhecimentos excluídos dos fluxos em que transitam os conhecimentos dominantes: essa seria, resumindo, uma função tecnopolítica da epistemografia interativa (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 105).

Miranda (2007, 2012), em uma abordagem epistemográfica, propõe uma linha de estudo que parte da constatação de que os atuais sistemas de organização do conhecimento foram concebidos a partir de um modo eurocêntrico de compreender o mundo, considerando os conhecimentos de diferentes grupos étnicos como saberes desqualificados. Com enfoque na representação do conhecimento afrodescendente em esquemas de classificação bibliográfica, identificou incoerências e dispersões semânticas a partir das análises da Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU) e Library of Congress Subject Headings (LCSH) quanto às categorias temáticas e terminológicas referentes à religião iorubana. As falhas na representação levam a uma compreensão equivocada do que seria o Candomblé, o Culto aos Orixás,

as Religiões Iorubanas, e Miranda (2012) sugere a importância de se levar em conta a diversidade étnica e racial na representação do conhecimento de forma a tornar-se uma contribuição efetiva nos sistemas de organização do conhecimento.

Outra contribuição importante é a de Franca e Silveira (2014) que desenvolveram a temática da representação bibliográfica do conhecimento indígena registrado, especificamente sobre a representação da autoria indígena nos registros bibliográficos. Com foco na representação da autoria de obras com caráter coletivo, ou seja, de obras emanadas do conhecimento da comunidade indígena como um povo e não da autoria individual indígena, o trabalho das autoras concluiu que "pensar em políticas de representação bibliográfica que contemplem a representação da autoria indígena é, não somente desejável, quanto um compromisso com os povos originários, a fim de garantir o reconhecimento do valor de seus saberes ancestrais e ao seu direito a auto representação social, respeitando sua origem e identidade cultural".

Os saberes tradicionais indígenas se caracterizam pela transmissão oral, característica esta que os classificam como "conhecimento tácito, difícil de codificar, incorporado em práticas comunitárias, instituições, relações e rituais", segundo (WARREN, 1991 apud RAO, 2006, p. 225,). O fato de ser classificado como conhecimento tácito não justifica a sua identificação como manifestação folclórica, apesar de estudiosos identificarem como outras de suas características o fato de ser identificado por Rao (2006) como" armazenado na memória das pessoas e atividades, sendo expresso nas músicas, folclore, provérbios, danças tradicionais, valores culturais, linguagem, equipamentos, práticas agrícolas, etc.".

Uma categoria analítica para a definição dos saberes tradicionais, e nela se inclui o saber tradicional indígena é o conceito de etnoconhecimento.

O conjunto de conhecimentos ancestrais mantidos por indivíduos de povos específicos, com aspectos culturais diferenciados em relação à sociedade civil, compõem o chamado etnoconhecimento. De acordo com Miranda (2007, p. [2]), etnoconhecimento ou "conhecimento tradicional" pode ser definido como:

> os conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal. São conhecimentos dinâmicos que se encontram em constante processo de adaptação, com base numa estrutura sólida de valores, formas de vida e crenças míticas, profundamente enraizados na vida cotidiana dos povos. Podemos, então, considerar etnoconhecimento o conhecimento produzido por

> diferentes etnias em diferente locais no globo terrestre a partir do saber popular.

A epistemografia está relacionada ao etnoconhecimento e à sua representação. De forma geral, o etnoconhecimento está intimamente relacionado à realidade social de um determinado grupo e à oralidade como forma de transmissão de saberes produzidos coletivamente. De modo que o uso da linguagem é um fator indispensável para a comunicação efetiva, o conhecimento do vocabulário, termos e expressões que identificam e revelam um determinado contexto cultural torna-se determinante para a representação do conhecimento inserido naquele domínio.

A aquisição e a transmissão dos saberes tradicionais também são investigadas por Dantas e Ferreira (2013) no âmbito da Ciência da Informação. Ao analisar o fluxo de informação oral estabelecido pelos erveiros da Feira do Ver-o-Peso, na cidade de Belém (PA), concluem que o ensinamento/aprendizado de conhecimentos tão específicos de medicina natural se mantém apartado dos padrões formais de educação, sendo transmitido em suas práticas sociocomunicativas, pela oralidade e observação, e armazenado apenas na memória dos indivíduos.

A integração de diferenças socioculturais é uma questão ainda não resolvida a ser estudada pelos teóricos da área de organização e representação do conhecimento. López-Huertas (2008, p. 119,) é uma destas teóricas que faz um apelo ao desenvolvimento de sistemas baseados no conhecimento etnográfico e propostas concretas em relação à concepção de tais sistemas. Castro e San Segundo Manuel (1999), também enfatizam as discutidas limitações dos tradicionais sistemas de classificação, como antiquados, conservadores, burguês, anglo-saxão e cristão, etc.

No que diz respeito à representação dos estudos de gênero, Lopes Huertas e Ramírez (2005) em seu trabalho que analisou a terminologia de gênero, enquanto um campo interdisciplinar, já apontava para as dificuldades advindas do ponto de vista da representação do conhecimento e recuperação da informação neste domínio. Identificam como características da crítica feminista a posição que consiste em não aceitar totalidades universais ou balizas fixas. Tal posicionamento busca historicizar os conceitos com os quais se trabalha, tais como os de feminino, reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina.

3 REPRESENTANDO A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DE FORMA HEGEMÔNICA

Na década de 90, do século XX, o Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres se propunha a ser o instrumento síntese de uma epistemologia crítica feminista. No Brasil, evidenciavam-se os primeiros indícios da existência de uma postura crítica no âmbito de algumas instituições de conhecimento, principalmente relacionada à visão feminista do conhecimento. Poderia- se falar então em uma epistemologia crítica e feminista, e o TEGM se propunha a representar e organizar este conhecimento. No entanto, no caso brasileiro, os legados da escravidão no país, em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição, conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns, como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas. Desde a era colonial, as mulheres foram diferenciadas por práticas patriarcais que associaram o matrimônio a mulheres brancas e relações sexuais mais ilícitas a não brancas. Enquanto as brancas eram designadas para o reino da sexualidade legitima e honrada, nos papéis de esposas e mães, mulheres africanas escravizadas, e depois as mulatas, eram associadas a praticas sexuais ilegítimas e desonrosas.

Ao insistirem em reconhecer essas diferenças, as feministas negras passaram a desafiar noções generalizadas da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo, encarando assim o racismo como um fenômeno estrutural e não apenas Individual.

Em suas tentativas de trabalhar com as dimensões raciais de opressão da mulher, feministas negras focalizaram assuntos como controle de natalidade e saúde reprodutiva. Preocuparam com taxas de esterilização entre mulheres pobres, lembrando que a maioria das mulheres pobres é negra. Seus esforços para combater a esterilização feminina acabaram chamando atenção para a relação entre raça, gênero e classe. Elas discutiram também a tendência das feministas brancas de focar a divisão sexual do trabalho, porém negando a questão racial. Esse foco no duplo impacto da divisão racial e sexual de trabalho produziu *insights* adicionais sobre o posicionamento das mulheres negras na estrutura socioeconômica brasileira.

A elaboração do primeiro Tesauro de Estudos de Gênero e da Mulher, conforme o relato de Bruschini (1998, p.7), surgiu da ideia de constituir uma rede de informações

bibliográficas no campo dos estudos de gênero entre feministas e estudiosas da área, mais exatamente em dezembro de 1990, num seminário realizado em São Roque, SP.

Começava a amadurecer e ganhar forma a ideia de que a constituição de uma rede só seria viável após a construção de uma linguagem ou vocabulário bibliográfico comum. Com a convicção de que, sem uma linguagem comum pré-construída, a formação da rede não teria nenhum sentido, o grupo focou a construção de um Tesauro temático para estudos de gênero e sobre mulheres. De acordo com Bruschini, Ardaillon e Unbehaum (1998, p.12), o TEGM é o instrumento terminológico adequado não apenas para uma indexação mais precisa de acervos sobre gênero e mulheres de qualquer biblioteca, mas também para facilitar o acesso a informações sobre a condição feminina, ou ainda para agilizar levantamentos bibliográficos e eventuais mapeamentos dos estudos de gênero.

A nossa pesquisa buscou entender o contexto do movimento feminista na época de sua construção. Foi realizado um panorama temporal sobre o feminismo e gênero centrado na década de 90. A década de 90 está presente na terceira onda do feminismo, que se iniciou no final dos anos 80. Algumas características da terceira onda, presente na década de 90, são: desenvolvimento de um conceito liberal dentro do feminismo, o qual definia que a luta de gênero e pelas mulheres não é coletiva, não é pública e não é política, é algo individual. Sobre este aspecto de uma visão liberal da luta feminista, segundo Costa (2005 apud Zirbel ,2007):

> a bandeira do pessoal é político, mobilizava para as lutas do movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, questionava os parâmetros conceituais do político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem.

Um exemplo da bandeira “do pessoal é político” são os estudos sobre saúde da mulher que geraram uma bibliografia marcada por uma visão "feminina" do corpo e da especificidade distintiva desta condição das mulheres enquanto protagonistas da reprodução, mas tal como os estudos de e sobre mulher em outras áreas (e tal como a participação feminina neoacadêmica na elaboração cultural humana), foram aí impressas novas dimensões.

Para se ter uma dimensão da extensão desta visão na construção do TEGM, podemos exemplificar a frequência dos termos corpo/corpos, que aparecem 97 vezes entre as entradas do Tesauro, sendo que o termo cor inexiste neste vocabulário e o termo raça aparece em menor frequência, um total de 57 vezes.

No TEGM, o termo Feminismo é definido como "teorias e práticas de igualdade política, social e econômica entre os sexos", ignorando qualquer desigualdade racial. Na estrutura do instrumento o termo feminismo está subordinado a uma categoria que inclui no mesmo nível áreas do conhecimento e disciplinas como Ciências Sociais, Cultura, História e Mudança Social. Como termos específicos de Feminismo, são relacionados o eco feminismo; feminismo liberal; feminismo marxista; feminismo radical; feminismo socialista. O feminismo negro não aparece como uma espécie identificada.

A partir da estrutura hierárquica do TEGM, a representação evidencia um arranjo do seu campo semântico que contradiz uma epistemologia crítica, reproduzindo alguns conceitos que não condizem com as mudanças na visão de mundo que o movimento feminista se propôs. Além disto, este vocabulário controlado não contempla o conceito de "Interseccionalidade", que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder e serve como categoria de análise para estudar a condição não apenas da mulher, mas o fato de ser negra, ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero). O termo "lésbicas" foi relacionado a "amazonas", apontando para uma relação um tanto sem sentido. Além disso, foram encontrados poucos termos que representassem o protagonismo e empoderamento do feminismo negro.

A resistência do feminismo negro deu visibilidade à ausência, nos estudos de gênero e da mulher desenvolvidos no Brasil nas décadas de 80 e 90 do século XX, da questão raça e gênero e a outros detalhes. Segundo Caldwell (2000), constata-se uma ausência histórica no debate público e acadêmico sobre raça e racismo no Brasil, e esta lacuna resultou no "esquecimento" das realidades de dominação racial, com impacto no campo dos estudos sobre as mulheres brasileiras," ao retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, esse campo reforça a imagem do Brasil como uma sociedade em que as diferenças raciais têm uma importância mínima".

4 VISÃO HOMOGENEIZADORA DA CULTURA

Reunidos no Rio de Janeiro em 1951, no I Congresso Brasileiro de Folclore, os folcloristas publicaram a Carta do Folclore Brasileiro. Em 1995 na capital baiana, numa revisão da Carta do Folclore Brasileiro, durante o VIII Congresso Brasileiro de Folclore, os folcloristas brasileiros definiram folclore como "o conjunto das criações culturais de uma comunidade,

baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social". A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO definiu folclore como sinônimo de cultura popular, que "representa a identidade social de uma comunidade através de suas criações culturais, coletivas ou individuais, e é também uma parte essencial da cultura de cada nação".

Ao tratar cultura popular como sinônimo de folclore, os especialistas reforçam uma visão hegemônica de cultura o que pode ser evidenciado na construção do Tesauro de Folclore e Cultura Popular, que apesar do elemento de ligação, trata o domínio como a tradução de um sincretismo, passando por cima das identidades das diversas culturas existentes. Elaborado como instrumento terminológico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular[2], cuja primeira versão, patrocinada pela UNESCO, resultou em 2.092 termos, selecionados a partir dos seus acervos documentais e museológicos, foi lançado em 2004.

Ao fazer uma retrospectiva histórica, assinalamos que por recomendação da UNESCO, o Brasil, por meio do seu Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC-UNESCO), criou uma Comissão Nacional de Folclore, cuja missão era fornecer assessoria ao governo na definição de sua política cultural.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, ao longo de seus 45 anos dedicados à pesquisa, à análise, ao apoio e divulgação das expressões de folclore e cultura popular brasileira, define folclore como os modos de agir, pensar e sentir de um povo, ou seja, como expressões da cultura desse povo, nos moldes da UNESCO.

Como sinônimo de cultura popular brasileira, o folclore brasileiro teve seu estudo sistemático iniciado somente em meados do século XIX, e levou mais de cem anos para se consolidar no país. A partir da década de 1970, o folclorismo nacional definitivamente se institucionalizou e recebeu conformação conceitual. Sendo composto por contribuições as mais variadas - com destaque para a portuguesa, a africana e a indígena. Os estudos tiveram início a partir de um primeiro interesse pelas tradições orais, depois se passou a estudar a música, e mais tarde as festas, os folguedos e outras manifestações.

No entanto, por ter sido instituída no o contexto do pós-guerra, a preocupação com o folclore no Brasil se inseriu como uma das iniciativas de busca da paz mundial. Neste contexto,

[2] Instituição dedicada à pesquisa, documentação e difusão das expressões da cultura popular brasileira.

o folclore foi visto como elemento de compreensão entre os povos, incentivando o respeito pelas diferenças e permitindo a construção de identidades diferenciadas, mas entre países e não intra país.

Segundo Travassos e Vilhena (1997), divergências metodológicas entre folcloristas e sociólogos evidenciavam concepções distintas da formação nacional. Enquanto os primeiros focavam suas pesquisas nas formas que evidenciassem fusões e sincretismos culturais, os segundos indagavam o grau de integração das camadas sociais e grupos étnicos.

Ainda segundo os autores, o movimento folclórico brasileiro produziu enfim um projeto paradoxal de ciência, no qual não havia diferença marcante entre leigo e cientista, entre objeto e sujeito, entre participação efetiva e observação impessoal. Além disto, o movimento folclorista no Brasil distanciou-se das concepções europeias e norte-americanas que adotam, respectivamente, os critérios básicos de antiguidade e oralidade na definição de folclore. As discordâncias deveram-se, mais uma vez, ao peso das preocupações com certa "nacionalidade", indicando a interferência ativa do Estado na interpretação e no fomento do folclore, servindo como uma cortina de fumaça para esconder problemas sociais apresentando-os como realidades folclóricas, na avaliação de Travassos e Vilhena (1997).

Segundo Benjamim (2001), estabeleceram-se também como folclore os fatos sem o fundamento da tradição, bastando que fossem de aceitação coletiva e essencialmente populares, anônimos ou não, derrubando os requisitos de antiguidade, oralidade e anonimato e relativizando a condição de tradicionalidade.

Embora muitos de seus estudiosos permanecessem ligados às universidades, a disciplina foi se cristalizando como um subcampo das ciências sociais. Com o golpe militar de 1964, a política nacional de cultura do regime objetivava, segundo Soares (2010) **,** construir uma ideia de unidade nacional, operada, especialmente pela via cultural, política esta formalizada no mandato do presidente Geisel (1974-1978) quando da aprovação da primeira Política Nacional de Cultura (PNC), elaborada no final de 1975 e oficialmente publicada em janeiro de 1976.

Ainda segundo Soares (2010), pode-se visualizar na introdução da PNC, a intervenção do Estado, justificada como a garantia da preservação da "[...] identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico sociais e espirituais, mas acrescenta a autora que a PNC era também o registro incoerente de um Estado que dizia apoiar a diversidade, porém, desde que esta atendesse aos seus requisitos diante do que era considerado por seus dirigentes como bom ou ruim. O resultado

disto foi, segundo Soares (2010), uma compreensão de cultura brasileira como aquela criada, ou resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional e reafirmando a posição dos folcloristas de que o que chamamos de cultura brasileira é produto do relacionamento entre os grupos humanos que se encontraram no Brasil provenientes de diversas origens e decorre do sincretismo verificado e do surgimento, como criatividade cultural, de diferentes manifestações que hoje podemos identificar como caracteristicamente brasileiras, traduzindo-se num sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais e esse resultado, em última análise, acabaria eliminando as diferenças culturais, reduzidas a uma identidade única, nacional e original. A diversidade regional só deveria ser considerada a partir da perspectiva da junção em nome da preservação da identidade nacional.

4.1 A pasteurização da identidade indígena

O vocabulário indígena no Brasil é vasto. Em 1500 havia aproximadamente 1200 línguas e tem-se notícia de que atualmente os indígenas possuem 180. Segundo L. Seki (2000), do total de 180, o tronco Tupi reúne 40 línguas, o que corresponde a 22,2 % do total. O Tupi e o Macro-Jê juntos possuem 19 famílias linguísticas. Há famílias com apenas uma língua que é o caso da família Mawé, os povos falam o Sateré-Mawé, e as vezes são chamadas de línguas isoladas, por não serem parecidas com outras línguas conhecidas. Estudiosos informam que os Yanomamis falam o Yanomam, Sanumá, Yanomame e o Yanam que são da mesma família. Os Carajás falam a língua do tronco Macro-jê, o qual é formado por várias outras línguas da mesma origem só que com características diferentes.

Cerca de 80% das palavras que nomeiam as plantas e bichos brasileiros são oriundas do Tupinambá (Tupi-Guarani), o mais conhecido idioma nacional nativo. Segundo a Enciclopédia das Línguas no Brasil, o tronco Tupi é um dos grandes agrupamentos linguísticos do Brasil. Conforme classificação apresentada por A. Rodrigues (1986), o tronco Tupi é constituído por são sete famílias de línguas: Arikém (1 língua), Juruna (1 língua), Mondé (7 línguas), Mundurukú (2 línguas), Ramaráma (2 línguas), Tuparí (3 línguas), Tupi-Guarani (21 línguas). Há ainda três línguas isoladas no nível de família: Aweti, Puruborá e Sateré-Mawé.

Os nomes de Estados, Rios e Cidades do Brasil, bem como de plantas e animais destacam-se por ser, na maioria, de origem Tupi, idioma que caracterizou a linguagem dos indígenas encontrados pelos exploradores e pelos colonizadores, a partir do século XVI. Os índios que tiveram muito destaque no sertão brasileiro foram os Caetés, nos estados de Piauí, Paraíba

e Alagoas. Os Cariris que viviam no interior de Bahia, Ceará e Pernambuco, à beira do rio São Francisco, deixaram de existir em nome do desenvolvimento, mas continuam na lembrança histórica, nas novas línguas dos seus remanescentes e nas lutas pela sua terra, tais como os de Cabrobó: trukás e paranakus.

Além da toponímia indígena tupi nos estados e cidades do Brasil ser a marca registrada da historiografia indígena, interessa à sociolinguística seu estudo, considerando o grupo indígena como elemento importante na formação da sociedade brasileira.

Dados do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 relatam a existência de 305 etnias, falantes de 274 línguas (IBGE, 2010).

No entanto, a diversidade e riqueza do vocabulário indígena não são identificadas de maneira explicita no vocabulário do folclore brasileiro, que por natureza sofreu um processo de "pasteurização", processo este que é identificado como esterilização ou retirada de microrganismos que compõem a diversidade de um alimento.

Tomamos como exemplo o termo *Pajé* ou *pagé* que não se encontra no Tesauro de Folclore e Cultura Popular. O termo faz referência a uma pessoa de destaque em certas tribos indígenas, são curandeiros, tidos como portadores de poderes ocultos ou orientadores espirituais. Segundo o dicionário Aurélio, *Pajé* é uma palavra de origem tupi, adotada como termo das disciplinas antropologia e etnologia brasileira que designa o especialista ritual que, nas comunidades indígenas brasileiras, tem a atribuição ou o suposto poder referido ao de comunicar-se com as diversas potências e seres não humanos (espírito de animais, de pessoas mortas, etc.) tendo como sinonímia os termos: xamã, manda-chuva, benzedor e curandeiro. Outras terminologias se aplicam: *caraíbas, paié, pagi, pay, payni, pai*.

No tesauro brasileiro de Folclore e Cultura Popular encontramos o descritor *pajelança* definido como:

> Sistema de crença de caráter sincrético, destinado à cura, em que predominam elementos das religiosidades indígenas além de elementos católicos e afro-brasileiros. Seus ritos de cura utilizam plantas cujos poderes medicinais são permeados de qualidades místicas. Os pajés comunicam-se por transe espiritual, com entidades chamadas encantados - seres invisíveis às pessoas comuns e que habitam o encante - "fundo" das matas e rios. Acreditam que cada espécie animal é protegida por uma entidade. Cobra Grande, Boto e personagens da memória europeia, como Dom Sebastião, compõem a heterogênea população mítica cultivada pela pajelança. (TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR)

O termo *Pajé*, apesar de aparecer como entidade deste sistema de crença sincrético não aparece como um descritor (nem sinonímia) de seres mitológicos, de divindades, nem de personagem, e nem mesmo como pessoas *(Benzedor; Ervateiro; Feiticeiro; Pessoa religiosa*). "O termo *Benzedor* é definido "como pessoa reconhecida por articular saberes empíricos para tratamento de doenças e anular feitiços por meio de benzedura", e pode ser chamado de *Rezador*. O *Feiticeiro*, "pessoa que pratica feitiçaria" tem como sinônimo *bruxo*. E *Pessoa Religiosa*, cuja definição é aquela" ligada a uma ordem religiosa ou considerada, em sua individualidade física ou espiritual, defensora de uma fé", tem como termos específicos *Beato; Frei; Missionário; Profeta; Romeiro e Sacerdote*. Este último definido como "pessoa religiosa que exerce um ministério, um ofício, uma função, como pregar ou administrar sacramentos, servindo de intermediário entre o homem e a divindade" e que tem como espécies o *Padre* e o *Pai-de-santo*.

Outro exemplo disto é como o conceito de *Candomblé* é representado no Tesauro.

Definido como:

> Sistema de crença afro-brasileiro com forte presença da matriz religiosa jeje-nagô. O sistema mítico do candomblé abrange o ser humano como um todo, é integrativo. Os mitos, os processos de iniciação, os rituais obedecem a uma lógica própria na qual os orixás têm sua presença valorizada nos espaços sagrados e exercem grande influência nas pessoas de quem são protetores. Participar do candomblé significa equilibrar as próprias energias (axés) com as energias de seu orixá. Para o candomblé forças e energias podem ser manipuladas tanto para construção quanto para a destruição. Seu centro de difusão no país foi a Bahia. Apresenta também muitos seguidores no Rio de Janeiro. (TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR)

Torna-se um gênero do qual faz parte o *Candomblé-de-caboclo*, definido como:

> Candomblé no qual, além dos orixás, se fazem presentes também espíritos ameríndios chamados caboclos. As entidades caboclas falam, bebem, fumam e dão consultas. São considerados os primordiais donos da terra e detêm um lugar de destaque nas celebrações religiosas. (TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR)

A subordinação de um ritual com característica "ameríndia" ao Gênero *Candomblé* é um processo de homogeneização da cultura popular brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da Organização e Representação do Conhecimento se vê desafiado por esta perspectiva de tensões identitárias que estão embutidas em abordagens multiculturais do etnoconhecimento.

Pereira e Bufrem (2005, p.22) já contextualizavam que a discussão de questões ligadas a princípios e métodos de organização e representação de conceitos em Linguagens Documentárias (LD) converge para o entendimento de que documentalistas que estudam e trabalham com Documentação e Linguística devido à sua intermediação entre pessoas e sistemas de significação pressupõe melhor compreensão da percepção dos profissionais sobre suas bases linguísticas, sociais e culturais de modo a favorecer os modos de representação do conhecimento e aperfeiçoar a práxis, pela intermediação entre pessoas (sujeitos) /usuários-clientes e processos.

Segundo Le Moigne (2003, p.135 apud Pereira e Bufrem, 2005, p.23-24) existe nos processos de modelização de um domínio do conhecimento, a identificação de grupos de relações entre conceitos, sendo o primeiro deles a verificação da existência de relações categoriais; o segundo, a verificação dos modos de relação entre objetos de mesma natureza; o terceiro, a análise de como "o objeto se constitui", ou seja, quais são suas partes e elementos; o quarto, em que se verifica como objetos de natureza diferente se relacionam e a forma mais consistente de representar esse relacionamento, a partir da determinação de alguns critérios prescritivos e o quinto verifica um dado tipo de relação que não mais se constitui entre conceitos, mas entre eles e a forma de expressá-los, ou seja, se dá no âmbito da língua, a chamada relação de equivalência.

Para além de um arranjo lógico, modelar ou representar um domínio do conhecimento é também o resultado de uma prática iniciada com a análise do texto, e considerada um modo de intermediação entre emissor e receptor.

A representação como reapresentação, é um processo de ressignificação no qual a palavra, tomada da linguagem natural, ou controlada por um sistema que a legitima para representar conceitos, converte-se em fim e meio para o autor, o leitor e o profissional mediador. No entanto, é preciso ir além. No campo da Ciência da Informação, a perspectiva da Análise de Domínio de Hörland e Albrechtsen (1995) identifica o conhecimento como algo construído socialmente, por meio da interação do usuário com o seu específico contexto de informação, em um espaço discursivo formado pelas principais temáticas de assunto, em seus menores ou mais detalhados ambientes de uso, e que se encontra registrado e passível de divulgação. Mas a análise de domínio não coloca a questão do etnoconhecimento no centro de suas preocupações. A análise de domínio permite identificar as categorias fundamentais do domínio a ser representado, levando-se em consideração o enfoque considerado relevante pelos pesquisadores de uma área, seja ela disciplinar, multi, inter e

transdisciplinar, constituindo as bases da garantia literária como aponta Beghtol (1995). Como bem enfatiza Guimarães (2014, p.17), "a elaboração de classificações e tesauros possibilita a organização das estruturas lógicas e dos conceitos de um domínio, assim como as relações semânticas entre os conceitos".

Além da construção de micro tesauros e dos estudos terminológicos, apontados por Hjørland (2002) como abordagens que caracterizariam a análise de domínio, fazem parte desta caracterização a produção de obras de referência; indexação e recuperação da informação; estudo de usuários; estudos bibliométricos; estudos históricos; estudos de gêneros/tipologias documentais; estudos epistemológicos e críticos; comunicação científica; cognição científica; conhecimento especializado e inteligência artificial.

Podemos situar a abordagem epistemográfica como uma das possibilidades da análise de domínio, e a análise de instrumentos terminológicos como um campo empírico pleno de oportunidades. No entanto, conforme sinaliza Gutiérrez (2006), na perspectiva epistemográfica, todas as instâncias têm direito à razão e ao direito de transmiti-la em igualdade de condições. É preciso então que o profissional da organização do conhecimento, por meio da análise de um domínio identifique outras vozes para além de qualquer discurso hegemônico, de forma que a representação, enquanto uma reapresentação de um domínio, não o coloque na condição de árbitro da racionalidade hegemônica.

REFERÊNCIAS

BEGHTOL, C. Domain analysis warrant, and consensus: the case of fiction studies. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.1, p.30-44, 1995.

BENJAMIN, Roberto. Folclore no Terceiro Milênio. IV Seminário de Ações Integradas em Folclore. **Comissão Maranhense de Folclore. Boletim** n.º 21, dezembro de 2001

BRUSCHINI, Cristina, et al. **Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Ed. 34, 1998

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, ano 8, Florianópolis, p. 91-107. 2º semestre, 2000.

CASTRO, Carmem C.; SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Lenguajes Documentales y Exclusión Social**. In: La Representación y la Organización del Conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la Recuperación de la Información: Actas del IV Congreso ISKO-España

EOCONSID'99, 22-24 de abril de 1999, Granada. Editadas por: María José López-Huertas y Juan Carlos Fernández-Molina. p. 101-108.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. Os conhecimentos tradicionais dos (as) erveiros (as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, (Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação,** v.18, n.2, p.105 -125, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n2/08.pdf>. Acesso em 10 jun. 2018.

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofoletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **Transinformação**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 67-76, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n1/a07.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p. 103-112, maio/ago., 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862006000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20 de junho 2018.

GUIMARÃES, J.A.C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, v.41 n.1, p13-21, jan/abr. 2014.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, B. J. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, p.422-462, 2002

LÓPEZ-HUERTAS, María J. Some Current Research Questions in the Field of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 35, n. 2n. 3, p.113-136,2008.

LOPES HUERTAS, M. J; RAMÍREZ, I.T. Terminología de género. Sesgos, interrogantes, posibles respuestas. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação** - v.6 n.5 out 2005.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de [et al.]. Organização e representação do conhecimento em religiões yorubanas na Library of Congress Subject Headings. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade.** Marília, SP: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012.p.153-159.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8.,2007, Salvador. [**Anais online**]. 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--341.pdf>. Acesso em 10 jun. 2018.

PEREIRA, Edmeire Cristina; BUFREM, Leilah Santiago. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 20, 2o semestre de 2005, p. 21- 37. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003150/f2ecefe6257740fb522d2b2472cb5ee1>>. Acessado em: 04. mai.2006

RAO, Siriginidi Subba. Indigenous knowledge organization: an indian scenario. **International Journal of Information Management**, v.26, p. 224–233, 2006.

RODRIGUES, A.D. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo Loyola, 1986.

SEKI, Lucy. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Impulso** volume 12, n. 27, p. 233-256, 2000.

SOARES, Ana Lorym. **Folclore e políticas culturais no Brasil nas décadas de 1960/1970**. Fundação Casa de Rui Barbosa.

TRAVASSOS, Elizabeth; VILHENA, Luis Rodolfo. Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997. 332 pp. IN **Mana** vol.4 n.1 Rio de Janeiro, Apr. 1998

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.